



Salário mínimo

R\$ 1.100

Dólar
Na segunda-feira

R\$ 5,331
(▲ 0,93%)

Últimas cotações (em R\$)

13/setembro	5,224
14/setembro	5,257
15/setembro	5,237
15/setembro	5,265
17/setembro	5,282

Euro
Comercial, venda na segunda-feira

R\$ 6,251

Capital de giro
Na segunda-feira

6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

6,09%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Abril/2021	0,31
Maior/2021	0,83
Junho/2021	0,53
Julho/2021	0,96
Agosto/2021	0,87

CONJUNTURA/ Com dívida de US\$ 300 bilhões, gigante chinês da construção civil tem dificuldade para pagar credores e gera o temor de que uma crise possa eclodir no país asiático, com reflexos em todo o mundo, inclusive no Brasil. Bolsa cai 2,33%. Dólar sobe.

Mercados desabam com risco que vem da China

» FERNANDA STRICKLAND
» VERA BATISTA

A crise do conglomerado da construção civil Evergrande, segunda maior empresa chinesa, provocou um terremoto, ontem nos mercados financeiros globais e acendeu um alerta sobre uma possível desaceleração brusca da economia da China, que teria efeitos severos em todo o mundo, em especial sobre países como o Brasil. Não à toa, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) chegou a operar em baixa acima de 3% durante boa parte do pregão. No fim do dia, o Ibovespa, índice que reflete o desempenho das principais ações, fechou em queda de 2,33%, aos 108.844 pontos. Foi o menor nível de fechamento desde 23 de novembro do ano passado. O dólar subiu para R\$ 5,53, com alta de 0,93%.

A pandemia do novo coronavírus prejudicou o fluxo de caixa da companhia chinesa em 2020, e são elevados os riscos de a Evergrande decretar calote e provocar um efeito cascata na segunda economia do planeta, da qual o Brasil é muito dependente. O crescimento acelerado da China vinha sustentando os preços das commodities agrícolas e minerais exportadas pelo Brasil, como a soja e o minério de ferro. Se o valor dessas mercadorias despencar, a economia brasileira, que já está fragilizada pelas tensões políticas e fiscais, e ameaçada pela crise hídrica, pode afundar ainda mais. Nesse caso, o estrago não ficaria restrito à Bolsa, mas prejudicaria o próprio crescimento econômico do país.

Fundada em 1996, a Evergrande tem projetos de construção em 280 cidades da China, além de negócios com veículos elétricos e até clubes de futebol. O crescimento rápido da empresa foi bancado com elevadas cap-

Windmemories/Wikimedia Commons



Torres construídas pelo grupo Evergrande na China. Dívida é se o governo de Pequim vai atuar para evitar a quebra do conglomerado

tações de recursos junto a grandes grupos internacionais, como Allianz, Ashmore e Blackrock, o que a levou a acumular uma dívida estimada em US\$ 300 bilhões. Recentemente, o grupo alertou o mercado sobre problemas de fluxo de caixa, dizendo que poderia entrar em default se não conseguisse levantar dinheiro rapidamente. Diante desse cenário, os mercados reagiram negativamente. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, fechou o dia com queda de 1,79% e a bolsa de tecnologia Nasdaq recuou 2,17%.

A bolsa de valores brasileira (B3) teve forte impacto, de acordo com especialistas, pelo fato de cerca de 30% da composição do Ibovespa ser de empresas exportadoras, e outra parte significati-

vos analistas relacionaram o caso da Evergrande ao abalo provocado no mercado mundial pela quebra do banco de investimentos norte-americano Lehmann Brothers, em 2008. O tamanho da crise, no entanto, vai depender de uma decisão do governo chinês: se está ou não disposto a resgatar a empresa.

Situação crítica

De acordo com Eduardo Velho, economista-chefe do JF Truts, a situação é efetivamente crítica e não se pode descartar o risco de calote e de as autoridades chinesas virarem as costas para o problema. "Em abril de 2020, o governo da China começou uma regulamentação de preços e proibiu que empresas operassem extremamente alavancadas — o limite

máximo foi estabelecido em uma vez o patrimônio líquido. O Evergrande já tinha feito alta captação, teve que se adequar. Reduziu preços e comprometeu sua capacidade de honrar os bancos. O dilema é se o governo vai mesmo recuar na aplicação de suas próprias leis fiscais", acentuou Velho.

Além dos ventos contrários vindos da China, lembrou o economista, o mercado convive com as dúvidas se os Estados Unidos vão retirar rapidamente os estímulos fiscais que mantêm a liquidez da economia norte-americana. Internamente, a incerteza vem da dificuldade que o governo brasileiro encontra para equilibrar as contas, e para fazer avançar as reformas administrativa e tributária e a PEC dos Precatórios. Alex Agostini, economista-

chefe da classificadora de risco Austin Rating, apontou para a possibilidade de reação em cadeia. O passivo de US\$ 300 bilhões da Evergrande, disse, mexe com todo mercado de títulos do mercado chinês, maior financiador da dívida norte-americana, que afeta o mundo. "No Brasil, não foi diferente. Uma das principais quedas foi na Vale (as ações encerraram o pregão em queda de 3,19%). O minério de ferro exportado para a China representa quase 10% de nossa pauta, por isso, é relevante tudo que acontece por lá", disse.

Para Agostini, a expectativa é de que a Evergrande tenha a ajuda do governo chinês. Segundo ele, não é possível enxergar o atual momento com as lentes da crise das subprimas, de 2008. "Essa foi nos EUA, com o mercado

totalmente alavancado nas hipotecas. Agora, não é uma crise no sistema imobiliário chinês. É de uma empresa que tem raízes no setor, mas com investimentos em diversos outros, que está com insuficiência de caixa", observou.

Iceberg

"No Brasil, se, por um lado, cai o preço do minério de ferro, por outro, o real se desvaloriza. Assim, a inflação começa a ceder nos índices de preços no atacado. Uma coisa vai acabar compensando a outra", disse Agostini. Pedro Serra, gerente de Research da Ativa Investimentos, reforçou que não resta dúvida de que a expectativa sobre o comportamento do governo chinês foi o que alucinou os investidores. "Isso pode ser a ponta do iceberg. Um problema na Evergrande tem um efeito direto na demanda por aço. A especulação gera volatilidade. E já temos tradicionalmente a aversão ao risco quando se trata de mercados emergentes. Assim, o Brasil tende a sofrer mais com isso". No entanto, analisando mais profundamente a situação, Serra sinaliza que "o momento é de cautela, e não de desespero".

O economista Cesar Bergo, sócio-investidor da Corretora OpenInvest, enfatizou que o mercado espera que o governo chinês conduza a questão de maneira a produzir impacto menores, tais como transferindo obras inacabadas para outras construtoras e intermediando as negociações entre clientes, fornecedores e prestadores de serviço. "Embora algum respingo seja observado nas empresas que dependem em maior grau da economia chinesa, os impactos no mercado brasileiro não serão tão fortes. Parece que não está previsto o vencimento vultoso da dívida antes de 2022. Isso dará um fôlego maior para as negociações", apontou.



Raul Velloso

"Minha resposta aqui é simples: o carro-chefe da próxima gestão precisa ser a urgente recuperação da deteriorada infraestrutura brasileira"

Para o país voltar a crescer

Enquanto o governo se desgasta à toa para financiar, via aumento do IOF, apenas duas parcelas de R\$ 300 do novo Bolsa Família, algo que já poderia ter feito sem piscar (ou seja, sem novo imposto), não falando no problema dos precatórios ainda sem fonte de financiamento, o país vive agora em um ambiente econômico fortemente deteriorado por todas as ações equivocadas da atual e desastrosa gestão econômica. Para completar, fala-se mais e mais no próximo mandato, sem que ninguém discuta o que fazer no futuro.

Minha resposta aqui é simples: o carro-chefe da próxima gestão precisa ser a urgente recuperação da deteriorada infraestrutura brasileira. Tenho estudos (inclusive internacionais) que demonstram que, quanto maior e de melhor qualidade o investimento em infraestrutura, maior o crescimento do PIB per capita e menos desigual a distribuição de renda de um país. Alguém precisa de

algo mais? (Gente, o que foi que Joe Biden anunciou para a mais rica economia do mundo logo que assumiu? Um plano de infraestrutura...)

Segundo cálculos de especialistas da área, o estoque de infraestrutura do Brasil, que, sob a gestão militar de 1964 e sob o comando da área de planejamento, que hoje não existe mais, havia subido de 39,9% para 58,3% do PIB entre 1970 e 1984, desabou para 36,2% em 2016. E Deus sabe onde esse estoque estará hoje depois de tanto abandono da área. Vejam: de 2013 para 2018, os investimentos públicos em infraestrutura caíram de 1,22% para 0,67% do PIB, enquanto os privados oscilavam em torno de 1,16% do PIB. Autoridades importantes já demonstraram mais de uma vez não gostar de funcionário nem de investimento público. Paralelamente, existe no País um claro viés anti-investimento privado em infraestrutura (é só repassar os ataques populistas de dirigentes políticos nas últimas décadas,

como recentemente, na Linha Amarela). E não custa lembrar que, se o retorno não for atrativo em um caso de necessidade, é o setor público quem tem de investir. E aí, como ficamos? Patinando o resto da vida? E os empregos para nossos filhos e netos, de onde surgirão?

Para mim, faz todo o sentido o setor público emitir dívida em um sentido amplo, para financiar projetos de alta rentabilidade para a sociedade como um todo. O que acham que o Biden vai fazer nos EUA? Nada obstante, para não contrariar tanto os xiitas que dominam o pensamento econômico no nosso País, tenho defendido, antes de mais nada, um casamento do ajuste previdenciário com a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura, começando de baixo para cima, ou seja, dos municípios para os estados, e, por último, para a União.

O motivo é simples: dos três grupos em que, por idade, se pode dividir o conjunto dos entes públicos brasileiros, no grupo que inclui os regimes próprios criados mais recentemente e no do meio, predominam municípios. Já no terceiro, mais antigo, estão as administrações de

maior peso e também em situação mais complicada, incluindo a grande maioria dos estados, onde os desajustes são maiores e as soluções mais demoradas.

Grande parte do que temos hoje capitalizado na previdência subnacional vem dos regimes mais novos, e, com as mudanças da Emenda nº 103/19, vários deles podem até ficar superavitários, mas mantendo um bom valor acumulado de recursos financeiros que podem contribuir para o financiamento das necessidades de investimento do país, e não apenas da dívida pública federal, como o grosso vem fazendo até agora, podendo os recursos até agora acumulados chegar a R\$ 200 bilhões.

O estado mais rico, São Paulo, e um dos mais pobres, no caso o meu Piauí, estão entre os poucos que parecem ter percebido isso com clareza. O primeiro lançou o programa Desenvolve Municípios contendo não só financiamentos, como apoio à reestruturação previdenciária, e o segundo deverá ser um dos primeiros estados a dar passos largos na direção de uma previdência totalmente equacionada na safra recente.

Para os que pensam como eu, de tanto assistir passivamente (a menos de batalhar pela aprovação de reformas relevantes de regras) à disparada dos déficits previdenciários, uma hora os defensores do ajuste correto, incrustados, como muitos estão, na salvadora máquina pública brasileira (e que os xiitas governamentais parecem desconhecer), iniciaram um movimento pró ajuste que redundou na obrigatoriedade de os entes entregarem até o fim do ano um plano de equacionamento dos déficits às autoridades federais da área (Secretaria de Previdência), além de executarem várias ações de ajuste já aprovadas em lei. Só assim abrir-se-á espaço nos orçamentos para os investimentos em infraestrutura recomeçarem a acontecer.

Para concluir, ainda bem que o competente time cuja ação venho acompanhando à distância, sob a coordenação de Narlon Nogueira e Allex Rodrigues, agora sob o comando do competente ministro Onyx Lorenzoni, tenha assumido o bastão da pasta antes que Paulo Guedes fizesse estrago em mais essa importante área do seu inchado ministério.